

Sobre o Passado, o Presente e o Futuro:

Percepções da Safra da Tainha 2018.



A emblemática pescaria da Tainha no Sul e Sudeste brasileiro passa por um período recente de transformações e mudanças de postura e gestão.

Até um passado bastante recente, a tainha era, como ainda são vários outros, recurso de livre acesso, sobre o qual qualquer empreendedor poderia atuar, encarando o frio e os riscos inerentes à pescaria, visando lucro.



O processo migratório reprodutivo da tainha, período em que ocorrem as capturas, tem início em sistemas lagunares e estuarinos do sul do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Frentes frias e seus característicos ventos gelados de sudoeste, parecem ser o gatilho da partida de cardumes rumo a nordeste, onde procuram e acompanham os deslocamentos de correntes frias e o seu encontro com águas mais quentes de Nordeste. Ali encontram ambiente enriquecido, que proporciona condições mais favoráveis a sobrevivência de ovos e fases iniciais de vida da nova geração.

Machos e fêmeas em estágio reprodutivo, preparados para a viagem com reservas acumuladas de gordura e energia, se aglomeram em cardumes e partem para a viagem. Durante esta migração há grande dispêndio de energia no deslocamento em si e no amadurecimento de suas gônadas, os órgãos reprodutivos, ou ovas.

Além do valor do peixe, de carne branca rica em gorduras que lhe conferem sabor tão característico, o grande produto deste recurso são as ovas das fêmeas, as “amarelinhas”, que encontram mercados de elite mundo afora. Na Europa, nos países asiáticos e recentemente também na gastronomia nacional, a iguaria tem encontrado espaço e dedicação industrial e comercial.



O Passado

Há algum tempo, movimentos conservacionistas, sociais e intervenções judiciais, tem cada vez mais tomado corpo e pressionado pela limitação desta atividade e por políticas sobre esta pescaria que considerem os aspectos biológicos, sociais e econômicos sob uma ótica mais moderna e alinhada com a tendência mundial de Sustentabilidade.

Houve momentos de bastante polarização e de embates, e o complexo arranjo institucional brasileiro, com órgãos de governo muitas vezes antagônicos, acrescido de toda a instabilidade jurídica decorrente, só fizeram alimentar estas discordâncias, que acabaram revestidas por ideologias político-partidárias, por excessos e por vaidades tão características deste setor preponderantemente aventureiro.

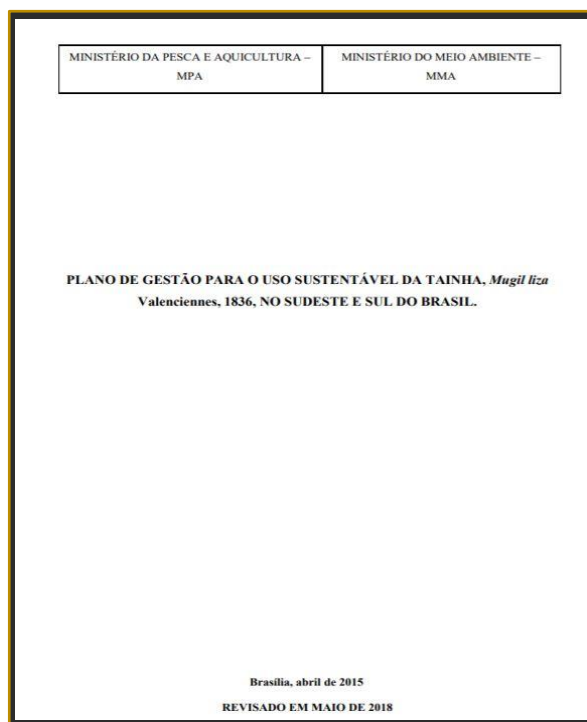
Estes episódios culminaram na publicação em 2015, do Plano de Gestão da Tainha pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura e pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Plano, apesar de conter muitos avanços, trazia também elementos de grande controvérsia e questionamentos, como a projeção de redução de participação de embarcações de cerco industriais, tradicionais na atividade. Ainda apresentava, como verdades definitivas, alguns aspectos biológicos e ecológicos que persistem desconhecidos e intrigantes.

Com a sua reestruturação em 2016, o Conepe reestabeleceu representações nos Comitês Permanentes de Gestão e orientados pelo Presidente Alexandre Espogei, desarmou-se de uma postura impositiva e truculenta, assumindo perfil técnico e de diálogo. Tal postura vem sendo demonstrada, não somente no fórum de discussão da Tainha, mas em todos aqueles nos quais temos atuado e nos novos caminhos desenvolvidos, onde argumentamos e discutimos sob bases técnicas e conhecimento tradicional do setor.

Respeitamos e dialogamos com ambientalistas, representantes da pesca artesanal, diferentes órgãos de governo e da Academia, onde reside e deve ser estimulado o desenvolvimento do conhecimento, o estímulo à capacitação e à formação de gestores e talentos que venham a assumir posições importantes no nosso setor. Porém, igualmente queremos e lutamos pela consideração de nosso ponto de vista e pelo reconhecimento da atividade por nós representada, assim como seu papel na geração de empregos e renda.

Fruto também deste trabalho, com a participação e aporte de vários atores, foi a Revisão do Plano de Gestão neste 2018 com implantação de um sistema de cotas de captura da tainha para a safra de 2018, ainda que questionável, complexo e híbrido, que foi estabelecido pela Portaria Interministerial SG/MMA nº24/2018.



A proposta previu o respeito aos métodos de produção das comunidades tradicionais; formalizou e trouxe à legalidade a pesca do emalhe anilhado (até então não era regulamentada), criando inclusive, uma linha de "permissionamento" específica para esta frota; reconsiderou a tendência do estrangulamento do cerco industrial, autorizando a participação de 50 embarcações dessa frota e priorizou o percentual do total alocado para os cerqueiros, respeitando seu histórico e importância.



Inegavelmente se consolidaram avanços e se observou uma onda de otimismo e boa comunicação na atividade.

Das dádivas que a natureza oferece, acompanhamos com surpresa, uma produção extraordinária e rápida que, em menos de 15 dias, atingiu a cota estabelecida para a frota de cerco.

A experiência deste ano expôs a complexidade intrínseca a esse sistema de controle, bem como a necessidade de aprimoramento do mesmo, refletindo as incertezas e inseguranças que se tem em relação

ao recurso Tainha, sua biologia, ecologia, taxonomia e ao processo de implantação do Sistema de Cotas e controles a ele relacionados.

A separação entre estoque Norte e estoque Sul; a separação da frota de cerco registrada em Santa Catarina das de outros estados; a limitação de recebimento de matéria prima por empresas processadoras e outros pontos de desgaste vividos ainda agora, são pontos a serem aprofundados, discutidos, amadurecidos e melhorados em edições posteriores, fazendo parte de um aprimoramento no qual todos temos grande responsabilidade.

Entretanto, um pensamento segue remoendo em nossas cabeças e é motivo de conversas de convés, em trapiches, em praias e nos mais variados ambientes onde se encontram pessoas deste "Universo Tainha": Ninguém imaginou este cenário, esta intensidade de produção e a velocidade no atingimento da cota. Tal perplexidade é corroborada pelos diversos relatos da elevada disponibilidade de cardumes no mar, incluídas opiniões de velhos "Lobos-do-Mar", proeiros de 40-50 anos de safra no currículo. As consequências desta fartura foram refletidas em barcos atracados com porões repletos de tainha, por mais de uma semana, devido à falta de estrutura para esta quantidade. Mesmo após as descargas, muita produção ficou por mais de uma semana em caminhões e câmaras de espera. Para só então receber e levar à corte e congelamento a produção obtida anteriormente ao fechamento das safras: Inicialmente a do cerco SC, depois do anilhado e da ainda vigente safra de outros estados, situação pressionada inclusive pelo MPF.

Felizmente nessa safra, deu muito peixe!

O Presente!

A lição que fica é que, a presunção de estimar o tamanho do estoque também é grande. Precisamos repetir indefinidamente o exercício de avaliação com constantes aprimoramentos e correlações com outros fatores, evoluindo no sentido de aproveitar com níveis de segurança e excelência este recurso.

A norma de ordenamento não deve e não pode ser estanque, as cotas idealmente devem refletir flutuações naturais. Momentos de crescimento populacional podem ser acompanhados de alterações positivas desses valores, da mesma forma que momentos de restrição populacional devem ser refletidos em minoração de cotas, visando a manutenção de um estoque apto a repor o que foi tirado pela pesca através de seus processos reprodutivos e a manutenção de níveis populacionais sempre seguros.

Tudo leva a crer que, para este ano de 2018, os valores das cotas poderiam ter sido bem mais altas. Há indicativos muito contundentes de que os parâmetros usados para definir o total e, ainda mais especificamente, a cota alocada para a frota de cerco industrial, foram subdimensionados.

O quanto subdimensionados e, portanto, o quanto talvez adequáveis para futuras safras é que é a grande questão. É com muita responsabilidade que devemos responder, em consenso com todos os atores envolvidos, sabendo que se deve respeitar flutuações da natureza, sucessos e fracassos de reprodução, recrutamento, crescimento da espécie e consequências das variações climáticas. Este é, portanto, um trabalho contínuo e plural que devemos encarar e desempenhar, com cada vez mais embasamento e precisão, visando a sustentabilidade da espécie, com a satisfação de perpetuar uma atividade econômica importante, com o uso de instrumentos adequados.

Percebendo o possível desperdício de potencial biológico e ciente das consequências da extrapolação de cota, considerados e evidenciados alguns desvios e dubiedades desta primeira edição da Norma e seu Sistema de Cotas, propôs este Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura - Conepe, em associação a seus Sindicatos afiliados, suas empresas e armadores, a criação e o estabelecimento de um **Fundo de Pesquisa**.

Tal proposta visa a constituição de um montante disponível à contratação de estudos e levantamentos críveis, dentro de metodologias científicas que tragam maior conhecimento e abrangência, diminuindo os níveis de incertezas e presunção das estimativas referenciais às cotas estabelecidas.

Tendo claro que, parte dos atores envolvidos é composta por respeitáveis instituições de perfil conservacionista, governo, instituições acadêmicas e setor pesqueiro, que trabalha para transformar recursos biológicos em riqueza, temos a natural tendência de querer fazer isto no menor tempo e isto implica em alguns casos, em colocar em risco a sustentabilidade.

Este Fundo deve ser constituído desprovido de personalidades, vaidades ou regionalismos.

Mudanças nas referências adotadas, consolidação do Sistema de Cotas, aprimoramento na gestão dos recursos, influência e participação respeitada dos usuários deste recurso na formulação de políticas e regras de uso, se darão apenas e tão somente com base em dados e constatações repetidamente testadas e calibradas, as quais são o embasamento para a proposta do **Fundo**.

Partindo de um Grupo de diálogo dos Armadores de Cerco, fomos desenvolvendo, encontrando incentivos e questionamentos sobre os quais lançamos uma proposta de posicionamento e a base para arrecadação para constituição do **Fundo**. Tivemos incentivo até de armadores de barcos não autorizados neste ano, mas interessados no processo e comprometidos com a ideia. Obtivemos o comprometimento de algumas empresas processadoras, mas, infelizmente, não obtivemos 50% de adesão. Ainda que não tenhamos fixado a valores absolutos ou à forma de rateio, falando sempre de forma generalizada, tentando despertar nos usuários beneficiados e outros atores, a percepção deste cenário e a importância do envolvimento privado na geração de conhecimento e de bases para reconsiderações a parâmetros em vigor, não conseguimos sensibilizar a maioria dos atores desse processo.



Parabenizamos o Coordenador da Câmara Setorial do Cerco do Sindipi, Sr. Agnaldo dos Santos, o Presidente do Sindipi, Sr. Jorge Neves, o Sitrapesca, o Cepsul e os pesquisadores e colaboradores da Univali, envolvidos no cruzeiro realizado para fins de coleta de exemplares para pesquisa em diferentes regiões próximas a Itajaí. Esperamos que o esforço traga esclarecimentos e informações de subsídio à gestão.

Deixamos bastante claro que a pesquisa proposta a ser desenvolvida a partir do **Fundo**, se constituída, teria um espaço amostral muito mais amplo, propondo-se a abranger toda a área de distribuição da espécie, entre o Chuí e Cabo Frio, tendo uma característica preponderante de censo para estimativa da biomassa e avaliação do estoque, com base em metodologia científica e com a clara noção de ser um exercício a ser repetido e acompanhado indefinidamente.

Sabedores de se tratar de uma "corrida", de um processo migratório, é fundamental a adequação deste censo ao momento de passagem dos cardumes, caso contrário podemos contar poucos deles e inferir erroneamente pouca disponibilidade de biomassa.

Portanto, resignados, contamos que a oportunidade neste 2018 está perdida.

O futuro.

Devemos e vamos nos dedicar muito à adequação da norma, à sua simplificação e generalização. Tirar os componentes polêmicos que ficaram evidenciados nesta edição, conferir se foram dadas oportunidades justas e obedecidas as regras de classificação propostas e se estas podem ser melhoradas. Incentivar o uso de tecnologias e automação que permitam maior rastreabilidade, menor interferência de medidas restritivas desalinhadas com os conceitos defendidos, que essencialmente referem-se ao recurso biológico vivo e não à matéria prima para industrialização. Esta percepção nos parece fundamental para que o sistema, o respeito a ele e a compreensão da proposta seja efetiva e ganhe adesão e consciência.

Falando em CONSCIÊNCIA, num recado franco e direto aos nossos representados, amigos e colegas, a todos direta ou indiretamente usuários deste recurso, entendemos que cabe uma séria revisão de conceitos e um envolvimento real neste processo; por envolvimento entenda-se: colaboração e investimento.

Nada vai para frente apenas dependendo de governos ou instituições de pesquisa. A situação precária das contas públicas e o comprometimento de orçamentos oficiais com nosso setor já são velhos conhecidos, não nos iludamos. Necessariamente, como setor beneficiado por determinada atividade, se queremos vê-la crescer e estabelece-la com segurança e previsibilidade, devemos nos dedicar mais do que como meros exploradores.

O futuro requer de cada um de nós desprendimento de valores breves, e territoriais, e a adesão à coletividade, a escalas temporais medidas em gerações. Exige reconsiderações de nós como empresários, armadores ou pescadores, enfim, como cidadãos. Que a Gestão do recurso Tainha, sua riqueza, suas incertezas, suas lições e a perseverança necessária se reflitam em toda a nação brasileira, ainda adepta a picuinhas e pensamentos pequenos, que cada vez mais nos afundam como país, como comunidades, como pessoas e que tiram de nós, dos nossos filhos e netos, a chama da

esperança, felicidade e força que só o Coletivo poderá resgatar.



Conepe

Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura